

A FOME E POBREZA NA REGIÃO DO CONTESTADO CATARINENSE.

Vanessa Maria Ludka¹
Nilson Cesar Fraga²
Sérgio Augusto Pereira³

Resumo

Conhecemos a fome, estamos habituados à fome: sentimos fome duas, três vezes por dia. Mas entre essa fome repetida, cotidiana e diariamente saciada que experimentamos, há a fome desesperadora daqueles que não podem mitigá-la. O tema da fome e da pobreza é bastante vasto e complexo. Seus aspectos são vários, embora os fundamentos e origens do fenômeno conduzam a uma conclusão lógica, a de que a fome é um problema social. O objetivo desta pesquisa foi compreender a fome e a pobreza existentes na Região do Contestado. Para formar e designar como Região do Contestado a área de estudo, optou-se por estudar duas associações de municípios que compõem as microrregiões catarinenses: a AMPLANORTE e AMARP – a estas duas, se dá, nessa pesquisa, o nome de Região do Contestado, por serem mais do que representativas no contexto das análises desta pesquisa. A fome e a pobreza são criações da nossa sociedade, não sendo, portanto, fenômenos naturais. São acontecimentos artificialmente criados pelos homens que desenvolveram um tipo de economia que visa, tão-somente, o atendimento do capital e não das necessidades do homem.

Palavras-chave: Fome, Pobreza, Região do Contestado.

Introdução:

Discutir o problema da fome na geografia, já não é um assunto tão recente, pois desde meados do século XX esse tema foi discutido por Josué de Castro, um dos maiores estudiosos sobre o tema, que se tornou referência nesta discussão. A fome é um fenômeno essencialmente geográfico, pois como bem coloca Josué de Castro (2001), a fome é universal e nenhum continente escapa a sua ação nefasta.

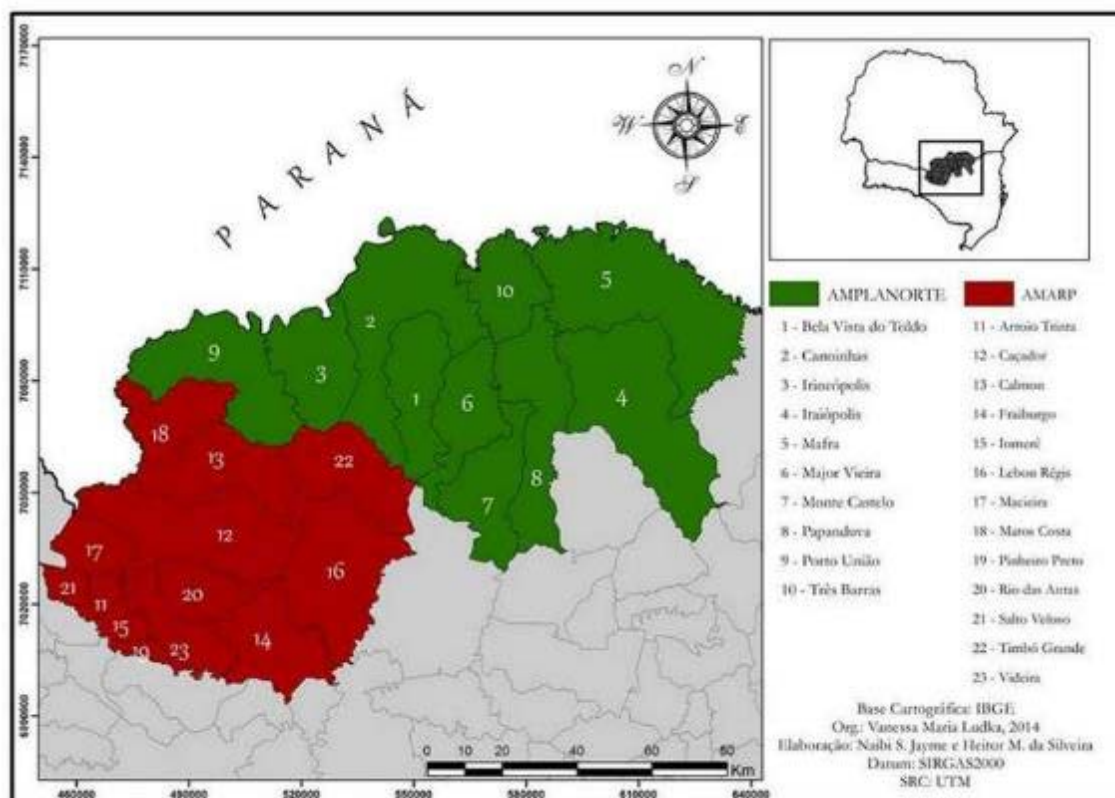
O objetivo desta pesquisa é compreender a fome e a pobreza existentes na Região do Contestado Catarinense. Metodologicamente esta pesquisa foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas, pesquisas em arquivos digitais além de pesquisas in loco.

¹ Doutora em Geografia pela UFPR (2016). Professora do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio/PR. E-mail: vanessaludka@gmail.com

² Pesquisador do CNPq/PQ. Diretor de Planejamento da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UEL. Universidade Estadual de Londrina/Departamento de Geociências – DGEO/UEL. Coordenador do Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado – OCGC/UEL. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL. nilsoncesarfraga@hotmail.com

³ Graduado em Letras (UENP). Graduando em Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: sergioaugustopereira018@gmail.com.

Para formar e designar como Região do Contestado (MAPA 01), optou-se por estudar duas associações de municípios que compõem as seguintes microrregiões catarinenses: a AMPLANORTE e AMARP – a estas duas se dá, nesta pesquisa, o nome de Região do Contestado, por serem mais do que representativas no contexto das análises desta pesquisa. A AMPLANORTE é a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense; a mesma é composta pelos seguintes municípios: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. Já a AMARP é Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, que é composta pelos consecutivos municípios: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira. A delimitação da área de estudo se deu na escolha dessas duas associações pelo motivo de que lá ocorreram as principais batalhas da Guerra do Contestado para abrir e entregar aquele espaço geográfico para o capital estrangeiro e a imigração/colonização estrangeira, que se encontrava em posse dos caboclos fazia aproximadamente dois séculos.



Mapa 1: Região do Contestado: Associações de municípios: AMPLANORTE e AMARP
 Fonte: Ludka (2014) Adaptado de Base Cartográfica do IBGE (2014).

De 1912 a 1916, ocorreram, em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos das suas histórias, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio que ficou conhecido como a Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois, na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais (FRAGA, 2010, p. 139).

A Guerra do Contestado, em si, foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme Eduardo Galeano (1986), verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi a sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa (FRAGA, 2009, p. 17).

A presente pesquisa está dividida em três momentos: no primeiro momento discute-se o conceito da fome. No segundo momento disserta-se sobre os estudos da pobreza a qual envolve uma leitura do problema a partir do espaço geográfico. E para finalizar faz-se um análise de dados coletados em órgãos oficiais que retratam a fome e a pobreza na Região do Contestado.

Parafraseando Caparrós (2016) fome é uma palavra deplorável. Poetas de quarta, políticos de oitava e todo tipo de idiotas a usaram tanto e com tanta displicência que deveria ser proibida. Em vez de ser proibida, foi neutralizada. “A fome no mundo” é uma frase feita, um lugar comum, uma expressão quase sarcástica usada para sintetizar o risível de certas intenções.

A fome: míngua de víveres na Região do Contestado.

Conhecemos a fome, estamos habituados à fome: sentimos fome duas, três vezes por dia. Mas entre essa fome repetida, cotidiana e diariamente saciada que experimentamos, há a fome desesperadora daqueles que não podem mitigá-la. Quando uma pessoa não consegue ingerir 2,2 mil calorias por dia, passa fome mesmo que coma. Com bem coloca Caparrós (2016, p. 699) “a fome é uma hipóbole. A fome, fica dito é a forma mais vil, mais extrema: um grito para surdos, metáfora para desentendidos”.

A fome tem sido desde sempre a razão de mudanças sociais, progressos técnicos, revoluções, contrarrevoluções. Nada teve mais influência na história da humanidade. Nenhuma doença, nenhuma guerra matou mais gente. Nenhuma praga é tão letal e, ao mesmo tempo, tão evitável como a fome (CAPARRÓS, 2016).

A fome é uma palavra estranha. Foi falada tantas vezes, de tantas maneiras diferentes; significa coisas distintas. Conhecemos a fome e não temos a menor ideia do que é fome. Dizemos fome e ouvimos dizer tantas vezes que a palavra ficou gasta, virou clichê.

Segundo o dicionário Aurélio (2009 p. 412) fome é grande apetite de alimentos, míngua de víveres, penúria, miséria. Fome, logicamente significa muito mais do que isso. Mas técnicos e burocratas pertinentes costumam evitar a palavra fome. É provável que a considerem excessivamente brutal, rústica, gráfica, explícita, então preferem usar palavras como subalimentação, desnutrição, má nutrição, insegurança alimentar, e os termos acabam se confundindo e confundido quem os lê (CAPARRÓS, 2016).

Até meados do século passado (XX), a fome era como um tabu: o silêncio cobria os túmulos, o massacre era fatal. Como a peste na Idade Média, a fome era considerada como um flagelo insuperável, de tal natureza que a vontade humana, diante dela, nada podia fazer (CASTRO, 1961). No ano de 1951, Josué de Castro dedicava todo um capítulo do livro, Geopolítica da Fome, a esse denominado “tabu da fome”, em que, segundo ele “é, pois, a fome, indiscutivelmente, a mais fecunda matriz de calamidade e dela, no entanto a nossa civilização sempre procurou desviar a vista, com medo de enfrentar a realidade”, as pessoas sentem-se tão envergonhadas de saber que uma grande parte de seus semelhantes morrem por falta de alimento que ocultam o escândalo com um espesso silêncio. Esta vergonha é compartilhada pelos governantes e pela maioria de nós como afirma o autor (1961, p. 47).

Em Santa Catarina isso não é diferente, e no dia 21 de junho de 2015, O jornal Diário Catarinense publicou uma reportagem em encarte especial intitulada “As quatro estações de Iracema e Dirceu”, em que uma equipe de reportagem passou dois anos e sete meses (quatro estações), acompanhando uma família no município de Timbó Grande, que faz parte da área de estudo desta pesquisa, família essa que se encaixa na estatística de extrema pobreza. A reportagem tomou tamanha repercussão que, no dia 23 de junho de 2015, o Governo Catarinense respondeu a reportagem dizendo que faria um diagnóstico detalhado e traçaria ações para erradicar a pobreza extrema no estado. A voz do Estado para essa reportagem se deu por meio da então Secretária Estadual de Assistência Social Trabalho e Habitação: “Queremos

saber quem é, por que chegou nesta condição, onde ele está e quais ações do governo são necessárias fazer para que ele supere essa condição”; aí fica o questionamento: os 102 mil catarinenses, mencionados na reportagem, que vivem na extrema pobreza são invisíveis? É neste contexto, o dessas invisibilidades da fome, que esta pesquisa buscou compreender e romper o tabu e o silêncio da fome e da pobreza na Região do Contestado vividos a, pelo menos, um século no Contestado.

A exclusão social, a miséria e a fome são fenômenos sociais mundiais tão antigos quanto o ideal pela busca de uma sociedade equitativa. Impressiona profundamente a sua face mais cruel: a fome, como impossibilidade dos cidadãos de acessar direitos sociais básicos, em virtude do processo de concentração de renda e acesso desigual às oportunidades na sociedade brasileira. Tratar o problema da fome como questão nacional e não como fatalidade individual é responsabilidade de toda sociedade e dos governos, nas suas esferas federal, estaduais e municipais.

De acordo com a FAO, os três grandes grupos mais vulneráveis à fome são: os pobres rurais (*rural poors*), os pobres urbanos (*urban poors*) e as vítimas das catástrofes.

- ✓ **Pobres Rurais** - A maioria dos seres humanos que não tem o suficiente para comer pertence às comunidades rurais pobres. Muitos não dispõem de água potável, nem eletricidade, faltam serviços de saúde pública, de educação e higiene. As populações camponesas estão na primeira fila das vítimas da miséria e da fome (ZIEGLER, 2013).
- ✓ **Pobres Urbanos:** Moradores de favelas, as mães de família, para comprar alimentos, têm de se limitar a um orçamento familiar muito restrito. Na América Latina, de acordo com o Banco Mundial, 41% da população continental vive em “bairros informais”. O menor aumento de preços no mercado provoca, nas favelas, a angústia, a fome, a desintegração familiar, a catástrofe (ZIEGLER, 2013).

Ao falar da fome no Brasil, José Graziano da Silva (2010) diz que o diagnóstico do problema da fome no Brasil, neste início do século XXI, indica que há uma insuficiência de demanda que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria no país. As razões que determinam essa insuficiência de demanda – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego – não são conjunturais. Ao contrário, são endógenas ao atual padrão de crescimento e, portanto, inseparáveis do modelo econômico vigente. Forma-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso

causador, em última instância, da fome no país – qual seja, desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos.

O equacionamento definitivo da questão da fome no Brasil exige um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país, com geração de mais empregos, melhoria dos salários pagos e, mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, que funciona como uma espécie de “farol” para as rendas desses segmentos mais pobres da população (GRAZIANO DA SILVA, 2010). Para uma melhor compreensão da fome no Brasil, Graziano da Silva (2010) elaborou um organograma que chama de círculo vicioso da fome (Figura 01).

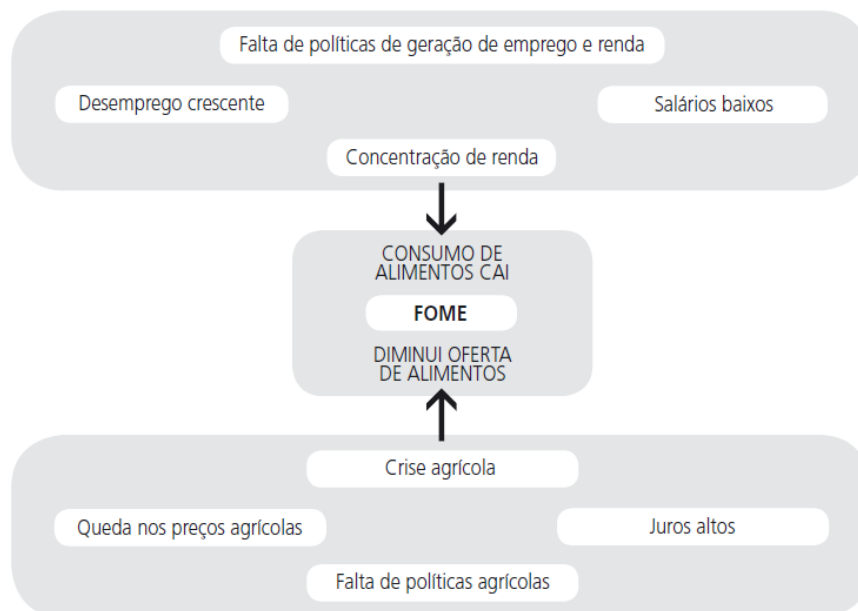


Figura 01: Círculo vicioso da fome:
Fonte: Graziano da Silva (2010, p.18).

Segundo o autor, para garantir a segurança alimentar de toda a população brasileira, é preciso mudar o atual modelo de desenvolvimento econômico que leva à exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos resultados visíveis, como o são também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda. No processo de implementação de um novo modelo econômico, é fundamental, de um lado, que se implementem ações emergenciais para baratear a alimentação para a população de baixa renda; de outro, ações também emergenciais visando assistir diretamente aquela parcela da população que já sofre com a fome, sendo que essa parcela pode continuar vivendo em uma situação precária se isso não for realizado.

Percebe-se que a persistência desse fenômeno não está ligada à escassez ou dificuldade física de acesso aos alimentos, mas, ao baixo poder aquisitivo de boa parcela da população que, por conta disso, não proporciona renda suficiente para que essas pessoas possam alimentar-se de forma adequada diariamente.

Eu acredito que já é passado o tempo em que as pessoas pobres podiam se conformar segundo a frase das Escrituras: “Aos pobres é reservado o reino dos céus”. Agora devemos pensar que aos pobres deve também ser reservado o reino da Terra, pois a Terra é para todos os homens e não só para um grupo de privilegiados (CASTRO, 2001, p. 125).

No que diz respeito à fome na Região do Contestado, não difere muito da realidade brasileira abordada por Josué de Castro (2001 p. 280), pois a fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais, aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação. No que consiste à Região do Contestado, neste contexto, pode-se citar a exploração da madeira nativa desde antes da Guerra do Contestado, com a concessão à empresa Lumber de explorar 15 km de cada lado da ferrovia São Paulo - Rio Grande. Atualmente, a região é grande parte ocupada pela plantação do pínus, álamo, monocultivo do tabaco, e granjas de frango.

A pobreza na Região do Contestado: uma breve análise.

Na Geografia, a particularidade dos estudos da pobreza envolve uma leitura do problema a partir do espaço geográfico, ou seja, como o fenômeno é produzido e como ele se materializa no território. Mas para compreender a pobreza na Região do Contestado, esta pesquisa apoia-se em Amartya Sen (2010, 2012), pois segundo o autor, a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar preestabelecido. Para o autor, a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata da baixa renda que é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. Analisando por esta ótica, a Região do Contestado sofre com esta privação das capacidades básicas, que vai além da renda.

Conforme Sen (2010), a pobreza deve ser entendida não apenas como uma condição de insuficiência de renda, mas como um estado de privação de liberdade (ou liberdade de escolha), podendo refletir-se em morte precoce, baixos índices educacionais, desemprego, morbidez, exclusão social, dentre outras deficiências. Trata-se, portanto, de uma ausência de liberdade para realizar coisas que são valiosas para o viver humano, os chamados funcionamentos. Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre. Os argumentos em favor da abordagem da pobreza como privação de capacidades são, ao ver de Sen (2010, p.120-121), os seguintes:

A pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente). Existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades). A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional).

Segundo o Projeto Fome Zero (2001), a pobreza não é algo furtivo, ocasional, mas sim, o resultado de um modelo de crescimento perverso, assentado em salários muito baixos e que tem levado à crescente concentração de renda e ao desemprego. Infelizmente, antes da implantação do projeto, esse quadro veio piorando com o crescimento do desemprego e o aumento do gasto com alimentação fora de casa e outras despesas não alimentares (moradia, transporte, saúde, educação) das famílias mais pobres.

Sem dúvida, a pobreza, ou a condição dela, não pode ser reduzida a uma questão de se mensurar quantos indivíduos possuem renda *per capita* desse ou daquele determinado mínimo valor ou se os mesmos têm acesso a um determinado número padrão de calorias/dia. O debate deve se situar sobre a dignidade da sobrevivência humana, entendida aqui como o acesso universal as necessidades de alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, etc.

Definir, caracterizar e, até mesmo, mensurar a pobreza num contexto multifacetado e pluridimensional, leva em consideração a compreensão deste fenômeno via aspectos culturais, políticos, sociais, étnicos, psicológicos e econômicos. Logo, tal análise, converte-se numa tarefa difícil, dado o envolvimento de distintas determinações. Barbosa, Barbosa e Barbosa (2005, s/n) corroboram essa perspectiva e afirmam que:

[...] a pobreza assume outras dimensões: a *pobreza de segurança*, caracterizada por grupos demográficos que vivem em situação de risco, expostos à violência e a perseguição política e com maior vulnerabilidade a choques econômicos; a *pobreza educativa*, caracterizada por grupos demográficos cujo acesso à escola e à qualificação é negado ou dificultado, alijando-os do processo político e produtivo, impedindo-os de exercer a sua cidadania; a *pobreza em saúde*, caracterizada pela existência de grupos demográficos desprovidos de atendimento à saúde e saneamento básico, expondo-os à situações precárias de alimentação (malnutridos), doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; e a *pobreza cultural*, que, difere da pobreza educativa, escapa do sistema formal, caracterizando-se pela existência de grupos demográficos expropriados de significados de concepção de mundo no contexto sócio-histórico de que fazem parte, tornando-os suscetíveis à alienação e dominação política.

Analisando a Região do Contestado por essas vertentes, é possível perceber a presença de todas, - a pobreza de segurança, a pobreza educativa, a pobreza da saúde e a pobreza cultural. As vivências, numa espécie de pesquisa-ação, foram convenientes para compreender a fome e pobreza, além de outros problemas sociais detectados ao longo da pesquisa de campo nas aéreas de estudo, como por exemplo, o grande número de pessoas dependentes químicas, a criminalidade, tráfico de drogas, a prostituição, a violência, a pedofilia e a prostituição infantil, vistas e até mesmo relatadas por alguns dos entrevistados, mas que não julgamos necessário trazer para comprovar a pesquisa sobre a fome, fatos que, inclusive, pudessem até exigir que a pesquisa passasse por um conselho de ética; por conta disso, a fome foi comprovada em meio à pobreza, que marca o território da Região do Contestado – além de serem problemas de alta complexidade social que exigiriam outra metodologia de análise, ou mesmo, outra pesquisa. Conhecer a dura e até a triste realidade, sobretudo das famílias que abriram sua porta e seu mundo, fez enxergar que, para o poder público, muitas vezes é mais fácil esconder esses problemas, pois ao buscar uma solução mais profunda para tal realidade, também estariam expondo suas mazelas, suas incompetências ou até mesmo, numa outra vertente, sua competência em manter viva essa realidade.

Segundo Sachs (2005), o significado de pobreza extrema ou miséria está relacionado às famílias que não podem satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, ou seja, elas são afligidas por fome crônica, não têm acesso à saúde, água potável e esgoto, além disso, não podem oferecer educação para alguns ou todos os filhos e talvez não disponham de um abrigo rudimentar. Por sua vez, vulnerabilidade social está associada aos cidadãos sem poder político, sem educação formal, com pouco acesso às intervenções médicas, com necessidades nutricionais e em extrema pobreza.

A Organização das Nações Unidas define a extrema pobreza como a “pobreza que mata”, pois priva os “indivíduos dos meios de permanecerem vivos diante da fome, da doença e dos perigos ambientais”: [...] quando os indivíduos sofrem de extrema pobreza e carecem de uma renda mínima para suprir suas necessidades básicas, um único episódio de doença, ou uma seca, ou uma praga que destrua uma colheita, podem representar a diferença entre a vida e a morte” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 4).

Analisando a área em estudo, quando se trata de extrema pobreza urbana e rural, levantou-se os dados de todas as cidades que compõem a Região do Contestado, dados que estão disponíveis no Boletim do MDS, o qual faz uma caracterização demográfica da extrema pobreza em cada município, baseados no censo IBGE de 2010 (Tabela 1).

Municípios que compõem a Região do Contestado	Porcentagem da extrema pobreza no meio rural	Porcentagem da extrema pobreza no meio urbano
Arroio Trinta	82,0%	18,0%
Bela Vista do Toldo	97,8%	2,2%
Caçador	25,5%	74,5%
Calmon	100,0%	0,0%
Canoinhas	42,5%	57,5%
Fraiburgo	55,9%	44,1%
Iomerê	0,0%	100,0%
Irineópolis	78,9%	21,1%
Itaiópolis	84,3%	15,7%
Lebon Regis	36,6%	63,4%
Macieira	64,1%	35,9%
Mafra	65,2%	34,8%
Major Vieira	73,2%	26,8%
Matos Costa	79,7%	20,3%
Monte Castelo	86,6%	13,4%
Papanduva	67,5%	32,5%
Pinheiro Preto	100,0%	0,0%
Porto União	17,3%	82,7%
Rio das Antas	28,6%	71,4%
Salto Veloso	24,8%	75,2%
Timbó Grande	75,0%	25,0%

Três Barras	6,5%	93,5%
Videira	26,6%	73,4%

Tabela 01: Caracterização demográfica da extrema da pobreza rural e urbana da Região do Contestado
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (2010).

Dos 23 municípios que compõem a Região do Contestado, 14 apresentam predomínio da pobreza no meio rural e 9 pobreza urbana. Ou seja, a Região do Contestado apresenta em maior número municípios que apresentam pobreza rural. A Região do Contestado não difere de outras regiões brasileiras, pois a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural. Os habitantes da zona rural estão entre os mais empobrecidos do país. Apesar de os índices de pobreza rural estarem diminuindo de forma generalizada, a sua incidência continua sendo o dobro da urbana.

A problemática referente à pobreza no âmbito do espaço rural é uma questão histórica. No período em que imperava a lógica do desenvolvimento agrícola, marcado pelo sentido estritamente produtivo, a pobreza rural era concebida como um problema oriundo da pouca produção, e ainda, da forma equivocada de produzir. Para tanto, todas as estratégias de desenvolvimento adotadas, eram no sentido de necessariamente, incluir a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores e conseqüentemente a eliminação da pobreza (NAVARRO, 2001).

A continuidade desse quadro em um país com tão vastas disponibilidades territoriais, ambientais, econômicas e culturais só pode ser explicada pela permanência do histórico padrão de desenvolvimento que reproduz estruturas de poder bloqueadoras do acesso das populações mais empobrecidas aos seus benefícios.

[...] na grande maioria das vezes, a ênfase das políticas de combate à pobreza rural é setorial e com uma abordagem parcial (geralmente agrícola) dos problemas. Além disso, as políticas voltadas para a pobreza são geralmente assistencialistas, de curto prazo, gerando mais dependência do que formas de se resolver os problemas locais (GRAZIANO DA SILVA, et al. 2002, p.56).

Para Susan George (1971, p. 34, 41), a exploração e a pobreza é que são as reais causas da fome: “um indivíduo sem terra ou que habite em zonas urbanas num país subdesenvolvido terá o seu consumo inteiramente dependente do volume de seu rendimento”. Para a autora, a regra é simples: “[...] se quer comer, é preciso ou poder produzir ou poder comprar os alimentos, ou combinar ambas as possibilidades”.

Lugares esquecidos: Uma concisa análise da fome da pobreza no Contestado.

A destruição, a cada ano, de dezenas de milhões de homens, de mulheres e de crianças pela fome é o escândalo do nosso século. De cinco em cinco segundos, uma criança de menos de 10 anos morre de fome em um planeta que, no entanto, é repleto de riqueza. Em seu estado atual, de fato, a agricultura mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de seres humanos, quase duas vezes a sua população atual. Por isso não se trata de uma fatalidade (CAPARRÓS, 2016).

Para o entendimento da fome na Região do Contestado, o materialismo histórico é o que melhor condiz, numa sociedade dividida em classes, cujo principal critério de divisão centra-se na propriedade privada dos meios de produção e na quantidade de capital que cada indivíduo é possuidor. Assim, para que se possa compreender melhor o fenômeno da fome, seu processo de produção histórico-espacial deve ser analisado a partir da formação econômica da sociedade.

De acordo com Marx (1974, p.17), “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo os cérebros dos vivos”. Diante disso, reconhece-se, assim como Marx, o poder dos agentes sociais para construir e reconstruir seu mundo, sua realidade social. Embora tal poder deva ser entendido nos termos das suas circunstâncias históricas e sociais específicas, como a realidade da Região do Contestado, uma população, que vivia em um mundo livre, depara-se com uma guerra, é expulso de suas terras, sofre com a fome conjuntural, mas ergue-se para continuar lutando e enfrentando as dificuldades de uma área devastada pela construção de uma ferrovia São Paulo-Rio Grande e, na sequência, a Cia. Lumber e, posteriormente, com numerosas indústrias madeireiras regionais, até a (re)entrada do grande Capital industrial da madeira de plantation, com a Rigesa e a Mili, por exemplo.

Analisando a atual conjuntura da Região do Contestado, os altos números de pessoas na pobreza, e a presença dos monocultivos agrícolas como o plantio de tabaco, pínus e álamo, criando assim uma dependência econômica, reflete-se, a partir das palavras de Marx (1996), quando o mesmo diz que o homem faz história, mas sob determinadas condições históricas. Neste sentido, o materialismo histórico dá uma definição do que seja liberdade muito mais avançada do que aquela encontrada pelos existencialistas: para este a liberdade é a consciência

da necessidade. Ou seja, os processos histórico-sociais levam a situações em que mudanças são necessárias, ou seja, criam situações, pela dinâmica ser/não-ser, que trazem possibilidades de outras realidades. Assim, o entendimento e consciência desta dinâmica, desta necessidade, pode levar grupos sociais, dentro dos limites históricos possíveis, a forçar e conseguir ou não alterações da realidade social.

Para se introduzir um breve panorama socioeconômico regional ao leitor, se apresenta a tabela 2 com dados iniciais e problematizadores capturados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, desenvolvido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Nesta pesquisa, além destes dados, trabalham-se também com dados do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) em que são utilizados dados do Programa Bolsa Família, e dados da extrema pobreza e outros dados fornecidos pelo SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação) secretaria ligada diretamente ao MDS; os dados não são compatíveis, mas todos demonstram haver fome e pobreza na Região do Contestado.

	Renda per capita (R\$)			% extremamente pobres			% de pobres			Índice de Gini		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Arroio Trinta	294,77	493,08	1.029,14	12,73	1,60	0,42	33,51	10,58	0,76	0,49	0,46	0,45
Bela Vista do Toldo	157,62	231,98	389,28	25,43	14,23	11,67	67,15	46,69	20,14	0,47	0,47	0,46
Caçador	383,13	542,59	744,28	7,52	3,34	1,60	26,35	17,01	6,93	0,53	0,54	0,48
Calmon	167,62	196,51	373,86	31,23	20,45	2,75	57,62	53,13	18,69	0,58	0,47	0,42
Canoinhas	289,10	500,86	692,87	14,51	8,09	2,43	44,31	26,00	8,63	0,55	0,60	0,49
Fraiburgo	383,19	506,48	673,84	4,76	4,04	3,00	21,98	19,64	9,14	0,49	0,56	0,48
Iomerê	455,56	725,87	873,90	1,78	-	0,30	15,29	7,32	0,98	0,43	0,48	0,33
Irineópolis	207,97	415,38	708,34	22,71	9,45	2,60	49,36	30,44	10,69	0,49	0,55	0,54
Itaiópolis	216,16	307,47	625,36	23,70	13,12	3,88	51,83	31,26	11,82	0,53	0,48	0,49
Lebon Régis	226,50	304,53	409,05	17,61	15,63	5,76	43,21	41,80	19,27	0,47	0,56	0,45
Macieira	145,45	556,96	533,90	32,51	26,59	1,93	67,29	39,78	6,53	0,42	0,74	0,39
Mafra	315,41	486,44	789,53	10,88	5,55	1,46	30,84	16,45	5,40	0,49	0,49	0,49
Major Vieira	207,81	410,13	465,76	23,16	20,51	7,17	59,23	36,56	17,28	0,53	0,66	0,46
Matos Costa	228,43	337,46	402,83	22,18	15,41	7,11	48,02	38,16	19,28	0,52	0,60	0,45
Monte Castelo	197,21	349,01	432,84	27,75	13,97	5,22	59,44	35,94	15,25	0,54	0,56	0,44

Papanduva	226,05	324,29	589,35	18,29	13,16	3,58	49,65	32,19	10,80	0,51	0,51	0,47
Pinheiro Preto	484,11	418,49	917,64	9,08	4,78	0,16	19,61	17,85	2,28	0,57	0,43	0,45
Porto União	367,81	580,98	864,41	10,10	3,92	1,05	30,88	18,73	6,26	0,55	0,56	0,53
Rio das Antas	313,81	443,35	737,53	16,35	4,27	1,45	40,68	17,42	5,21	0,58	0,47	0,44
Salto Veloso	257,22	656,81	1.011,21	13,71	4,42	1,01	39,75	13,23	5,36	0,43	0,55	0,55
Timbó Grande	218,72	233,71	412,31	39,44	20,28	7,41	67,14	44,02	17,76	0,68	0,52	0,47
Três Barras	230,68	417,61	539,69	20,01	13,91	2,59	53,78	33,13	12,49	0,53	0,60	0,47
Videira	496,87	649,25	978,07	5,09	1,59	0,35	17,86	10,78	1,76	0,52	0,52	0,47

Tabela 02: dados renda per capita, porcentagem extremamente pobres, porcentagem de pobre e índice de Gini da região do Contestado

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2016.

A pesquisa em questão, numa relação espaço e tempo, trabalha com um século, marcante na inserção do capitalismo madeireiro na região objeto desta pesquisa, que, seguindo a lógica do capitalismo monopolista gerou o índice de pobreza em que a maioria dos municípios da então Região do Contestado se encontram. Em conformidade com os índices de pobreza, os municípios da região variam entre 20% a 44% (IBGE, 2010).

No contexto desses levantamentos e reflexões trazidos até aqui, há ainda, que se considerar o entendimento do processo de ocupação humana na região e os reflexos da guerra civil sobre a mesma, além das relações capitalistas e os desdobramentos políticos envolvendo os interesses da elite latifundiária no jogo social de múltiplos e complexos interesses com (sobre) os camponeses e seu território.

São diversos os entraves ao desenvolvimento regional; os índices de pobreza registrados na região, assim como a fome que se encontra em todos os municípios; outro seria a concentração de renda, da terra e a falta de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento regional da Região do Contestado. Região essa de pequenas propriedades rurais e latifúndios, sem uma diversificação da produção, voltadas à produção concentrada de tabaco, produção intensiva de aves e suínos e o plantio de pinus e eucalipto.

Segundo Nossa e Junior (2012, s/p), a região é uma ilha da pobreza:

Pela análise dos números de repasses de verbas públicas, a região do Contestado deverá continuar uma ilha de pobreza no Sul do Brasil. Ao longo de 2011, o governo priorizou nas suas ações de melhoria dos índices de desenvolvimento humano nas grandes cidades e os municípios médios e pequenos do Vale do Itajaí, do Sul e

Extremo Oeste de Santa Catarina, onde o percentual de miséria não passa de um dígito. Já os municípios do Contestado, que registram mais de 40% da população na faixa de indigência e pobreza, foram relegados a segundo plano.

Ao analisar a distribuição do Bolsa Família, nos municípios que compõem a Região do Contestado, não há dúvidas que o retrato regional da pobreza é alto. Tomando como base o ano de 2015, a região apresenta 427.127 mil habitantes que compõem a Região do Contestado e 14.710 famílias são atendidas pelo programa, o que totaliza 58.840 mil habitantes (fazendo um cálculo de 4 pessoas por família). Vale ressaltar que neste número estão algumas famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e, na sua maioria, as extremamente pobres (com renda mensal por pessoal de até R\$ 70,00).

Ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, com programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando estruturalmente é o grande produtor de pobreza. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos locais. Diante disso, pode-se destacar que os índices que se utilizam exclusivamente da renda como medida para definir pobreza não são capazes de levar em conta, na mensuração, a crescente intervenção governamental e a desigualdade social através de ofertas de serviços públicos, subsídios e outros benefícios.

De acordo com Castro (1961, p. 190) a fome reinante nas terras sul-americanas é uma consequência direta do seu passado histórico: da história da exploração colonial, de tipo mercantil, desdobrada em ciclos sucessivos da economia destrutiva, ou pelo menos desequilibrante, da integridade econômica do continente – o ciclo do ouro, o ciclo do açúcar, o ciclo do petróleo, etc. Durante cada um desses ciclos, vemos toda uma região absorvendo-se inteiramente no monocultivo ou na monoexploração de um produto, esquecendo tudo o mais e degradando destarte as riquezas naturais e as possibilidades de abastecimento da região. [...]. Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males, que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar. .

A região do Contestado é pobre, com muitas terras improdutivas e campos isolados sendo engolidos por reflorestamento de pinus e álamo, com isso desaparecem as araucárias, e persiste o monocultivo do tabaco, indústrias frigoríficas e multinacionais dominando, como se o avançar do capital estrangeiro nunca tivesse cessado.

Considerações Finais

Analisando a Região do Contestado, é notório que a mesma é pobre, com muitas terras improdutivas e campos isolados sendo engolidos por reflorestamento de pinus e álamo, com isso desaparecem as araucárias, e persiste o monocultivo do tabaco, indústrias frigoríficas e multinacionais dominando, como se o avançar do capital estrangeiro nunca tivesse cessado.

Pode-se destacar que uma das vulnerabilidades da Região do Contestado está na fumicultura. O atual debate sobre a Convenção-Quadro⁴, da qual o país é signatário, que propõe a redução do cultivo de fumo leva ao questionamento da existência de alternativas produtivas viáveis para a maioria dos produtores de tabaco que operam em pequenas glebas de terra. A dedicação, ao longo das últimas décadas, a uma atividade mais especializada, de forma integrada às grandes indústrias beneficiadoras, levou muitos produtores a abandonar a produção mais diversificada voltada para o consumo da família e aumentou a vulnerabilidade frente às condições adversas. Além dos crescentes problemas socioeconômicos (como a exclusão e êxodo rural) e ambientais (uso intensivo de agrotóxicos).

Percebe-se também que a região apresenta o maior número de municípios com maior incidência de pobreza rural, é necessário compreender a pobreza como vulnerabilidade, ou ainda como falta de oportunidades. Além disso, é possível perceber que a área rural apresenta condições de habitação inapropriadas, desnutrição, a incidência de doenças, a falta de acesso a serviços básicos como água encanada e eletricidade, além do analfabetismo. A questão climática da região também deve ser levada em consideração quando a discussão é a pobreza rural, com o aumento da frequência de extremos climáticos, como excesso de chuvas e a estiagem em períodos que historicamente apresentavam maior regularidade de distribuição de chuvas, tudo isso aumenta os riscos das atividades agrícolas.

Além disso, outros eventos climáticos como a geada e o granizo, que historicamente ocorrem na região, também causam prejuízo à produção e como consequência a renda familiar

⁴ A Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da Organização Mundial da Saúde. Representa um instrumento de resposta dos 192 países membros da Assembleia Mundial da Saúde à crescente epidemia do tabagismo em todo mundo. A CQCT foi adotada pela Assembleia Mundial da Saúde em 21 de maio de 2003 e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005. Desde então é o tratado que agregou o maior número de adesões na história da Organização das Nações Unidas. Até 04 de março de 2015, 180 países ratificaram sua adesão a esse tratado inclusive o Brasil.

tende a diminuir. A maioria dos agricultores tem acesso a financiamentos e seguro agrícola, obtendo recursos para levar adiante os processos de produção agrícola, mas nem sempre conseguem e acabam adquirindo dívidas em cima de dívidas.

Não há políticas públicas locais, na tentativa de criar meios para que essas pessoas possam ter condições de acesso à renda, bens e serviços. Seriam necessárias políticas públicas para a agricultura familiar, que valorizasse o fortalecimento deste segmento produtivo, com a facilitação do acesso a recursos, aliviando possíveis situações de pobreza rural.

Na análise das características individuais e ambientais, que trazem maior impacto marginal na probabilidade dos indivíduos serem pobres, destaca-se como explicação da pobreza, na área rural, o papel principal desempenhado pela variável educação. A educação apresenta-se como o fator mais relevante para a pobreza, com base nos rendimentos individuais do trabalho. É sabido que há uma forte interação entre renda e nível de escolaridade. A educação é sem dúvida alguma o focus principal de políticas estruturais de combate à pobreza rural. A expansão do sistema educacional e, principalmente, a melhoria dele, torna-se um instrumento fundamental na superação do problema da pobreza rural.

Seja pobreza urbana ou pobreza rural a teoria econômica mostra que o investimento em educação é capaz de gerar o desenvolvimento econômico de uma região e de um país, pois aumenta a produtividade do trabalho e, por consequência, promove o crescimento econômico, reduzindo a pobreza; além do mais, busca resgatar a tão conhecida dívida social com os grupos menos favorecidos. A pobreza aqui é a privação da liberdade individual de viver a vida com qualidade, onde, neste caso, o aumento de capacidades afeta direta e indiretamente as liberdades da vida humana, ao tornar as privações mais raras e menos crônicas.

Há muitas fomes e pobrezas na Região do Contestado; além da fome de comida, há fome de políticas sociais, há fome de cultura, fome de oportunidades, fome ambiental de sustentação da vida, fome de serviços básicos, fome de terra para plantar, fome de liberdade.

Estudar a fome é hoje, sem dúvida, percorrer os caminhos da ciência e da técnica no território, mediatizadas pelo mercado (escassez e abundância), e as geografias da fome são produtos de apropriação desigual de valor, pois a comida é valor de uso para todos os seres humanos - é a condição da existência humana na Terra.

Parafraseando Caparrós (2016) todos sabemos que há fome no mundo. Todos sabemos que há 800, 900 milhões de pessoas (o cálculos vacilam) que passam fome todos os dias. Todos

lemos ou ouvimos essas estimativas e não sabemos ou não queremos fazer nada com elas. O que resta então? O silêncio?

Referências.

BARBOSA, C.; BARBOSA, E. R. O.; BARBOSA, C. Pobreza, Diferenciais Raciais e Educação: um estudo para as grandes regiões brasileiras. **VIII Semana de Mobilização Científica – Semoc**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2005.

BASTOS, A. As quatro estações de Iracema e Dirceu. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis – SC: 21 de junho de 2015. Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_quatro_estacoes_iracema_dirceu/verao.html acesso em agosto de 2015.

CAPARRÓS, M. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão e aço**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Ed. 14, 2001.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 6ª ed. v.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Míni Aurélio**. Curitiba – PR: Ed. Positivo, 2009.

FRAGA, N. C. **Contestado**, o território silenciado. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte: O Contestado visto e sentido**. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GRAZIANO DA SILVA, J. Projeto Fome Zero. Documento-síntese. In: José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J., et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa, v. 19; n.1 pp. 37-67. Jan-Abr. 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica**. 2000. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base Cartográfica**. 2010. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/cartas>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico – Porcentagem de extremamente pobres de 1991, 2000 e 2010**. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2019&busca=1&t=indicadores sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2003 e 2010**. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE, **Dados da extrema pobreza**. 2003. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

IBGE. - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

IBGE. **Base Cartográfica do IBGE**. Imagem JPEG, Color, 960 x 679 pixels, 2015.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARX, K. **O Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Boletim ministério do desenvolvimento social de combate a fome**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>. Acesso em: 21 de novembro de 2014.

NAVARRO. Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

NOSSA L; JUNIOR C. Esquecida, região vive clima de miséria. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria,834527>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

PROJETO FOME ZERO. **Uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil**. IC (2001).

SACHS, J. D. **O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. 3ª ed. São Paulo: Record, 2012.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.